



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS		
EVENTO: Fórum	Nº: 1213/09	DATA: 19/08/2009
INÍCIO: 09h34min	TÉRMINO: 11h53min	DURAÇÃO: 02h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h19min	PÁGINAS: 41	QUARTOS: 28

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO
IZABEL MAIOR – Titular da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência – CORDE. EDUARDO BARBOSA – Presidente da Federação Nacional das APAEs e Deputado Federal pelo PSDB de Minas Gerais. COSME SILVA SANTOS – Autodefensor Nacional da FENAPAEs. FÁBIO MATIAS DA SILVA – Ex-aprendiz da APAE. SOLANGE DE BRITO VIDAL – Aprendiz da APAE. ERENICE SOARES DE CARVALHO – Coordenadora-Geral de Articulação e de Promoção de Políticas da FENAPAEs.

SUMÁRIO: *I Fórum sobre Deficiência Intelectual e X Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual.*

OBSERVAÇÕES
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. APRESENTADOR - Senhoras e senhores, bom dia.

Inicia-se a solenidade de abertura dos eventos *I Fórum sobre Deficiência Intelectual e X Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual*. É uma realização da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Distrito Federal e a Federação Nacional de APAEs.

Os eventos têm como fundamento discutir e debater a conquista de direitos e a construção da autonomia da pessoa com deficiência com vistas a sua plena cidadania.

Hoje, teremos o *I Fórum sobre Deficiência Intelectual*, que abordará desde os conceitos relacionados à definição científica da deficiência intelectual até o protagonismo social e as implicações socioculturais para as pessoas que possuem alguma modalidade de deficiência intelectual.

Amanhã, quinta-feira, teremos a *X Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual*, que focará demandas relacionadas ao mercado de trabalho para as pessoas com essa deficiência, qualificação profissional, empregabilidade, parcerias com empresas, poder público, ações afirmativas, entre outras.

Convidamos para compor a Mesa o Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Deputado Luiz Couto (*palmas*); a Exma. Sra. Presidenta da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, Deputada Maria do Rosário (*palmas*); o Exmo. Sr. Presidente da FENAPAEs, Deputado Eduardo Barbosa (*palmas*); a Sra. Coordenadora Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, Dra. Izabel Maior (*palmas*).

Composta a Mesa, convidamos os demais presentes a se colocarem de pé para a execução do Hino Nacional.

(É executado o Hino Nacional.)

O SR. APRESENTADOR - Com a palavra o Exmo. Sr. Deputado Luiz Couto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Deputado Eduardo Barbosa, Deputada Maria do Rosário, Sra. Izabel Maior, demais Deputados presentes, trabalhadores, aqueles que trabalham com pessoas com deficiência intelectual, primeiro quero dizer da nossa alegria de estarmos aqui realizando este *I Fórum*



sobre *Deficiência Intelectual* e, ao mesmo tempo, já amanhã, a *X Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual*.

Este é um tema relevante para a pauta desta Comissão, porque abre espaço para reflexões e ações efetivas voltadas à pessoa com deficiência intelectual, na expectativa de conquistas crescentes para sua inclusão social e promoção humana.

O *I Fórum sobre Deficiência Intelectual* tem como objetivo principal contribuir para o acesso das pessoas com deficiência intelectual aos espaços sociais como cidadãos e cidadãs de direitos.

O evento se apoia na convicção de que o desenvolvimento e a inclusão social das pessoas com deficiência intelectual dependem da compreensão de suas capacidades e perspectivas, superando mitos e desconhecimentos que circulam na nossa cultura.

Essa compreensão favorece também ações que levam à provisão dos apoios de que necessitam para a sua promoção humana em todos os âmbitos, em especial no campo do trabalho.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência tem como fundamentos, dentre outros, a conquista de direitos e a construção da autonomia das pessoas com deficiência, com o intuito de promover sua plena cidadania.

Essa autonomia tem sido historicamente difícil para as pessoas com deficiência intelectual que se destacam pelas dificuldades de incluir-se na coletividade e de conquistar posições e papéis socialmente valorizados.

Nesse sentido, o evento leva ao alcance da população uma nova visão sobre quem é e quem pode ser a pessoa identificada com deficiência intelectual.

Agora passaremos a palavra aos membros da Mesa, para uma saudação inicial.

Concedo a palavra ao Deputado Eduardo Barbosa, Presidente da FENAPAEs.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Bom dia a todos os presentes.

Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto; Sra. Presidenta da Comissão de Educação e Cultura, Deputada Maria do Rosário; Sra. Coordenadora da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, companheira Maria Izabel Maior; Sr. Presidente da Federação das APAEs do Estado de São Paulo, Deputado Dr. Ubiali; amigos e



companheiros tanto das APAEs como de outras instituições voltadas para a pessoa com deficiência; Deputado Alex Canziani, do Paraná; Deputada Rita Camata, do Espírito Santo, demais presentes, é uma alegria tê-los aqui conosco.

Nestas breves palavras iniciais, gostaria de dizer que mais uma vez a Câmara dos Deputados se soma à Federação Nacional das APAEs, quando comemoramos em todo o Brasil a já tradicional semana reflexiva, de debate e de discussão dos interesses das pessoas com deficiência intelectual.

As APAEs se dedicam a esse público há 54 anos. Tradicionalmente, durante o mês de agosto, paramos as nossas atividades rotineiras para debater com autoridades de todos os níveis a temática específica das pessoas com deficiência intelectual, seus avanços e, principalmente, os obstáculos para a promoção plena de sua condição cidadã.

No Brasil, temos uma legislação da qual muito nos orgulhamos. Convenção da ONU ratificada pelo Brasil coloca a pessoa com deficiência em igualdade de condições com todas as outras, não sendo permitido qualquer tipo de restrição ou tutela, o que faz desse indivíduo o defensor dos seus próprios direitos e também com que ele tenha acesso a tudo aquilo que a sociedade produz em prol da qualidade de vida das pessoas.

Essa legislação coloca a questão da pessoa com deficiência no patamar dos direitos humanos e não mais a trata como alguém que precisa de cuidados específicos. Ou seja, quando está no patamar dos direitos humanos, tudo é igual, sem restrição ou diferença. A pessoa está incluída independentemente do que seja.

Não é hora de definir o que um tem de ter e o que o outro possa vir a ter. Tudo a que o homem tem direito deve ser acessível a todas as pessoas, independentemente de sua condição.

No Brasil temos uma lei de acessibilidade que consideramos revolucionária, porque vai no sentido de buscar fazer com que os espaços de convivência comunitária, social e familiar possibilitem o acesso. No entanto, quando falamos em acessibilidade para as pessoas com deficiência, já é automático vir à nossa cabeça a questão da rampa, de não haver escadas, de cadeira que se mova, de uma linguagem de sinais para o surdo, do braille para o cego.

Mas o que é acessibilidade para a deficiência intelectual?



Apesar de a lei trazer no seu cômputo esse aspecto, ele não é difundido ou divulgado, e é muito mais difícil de ser percebido, porque a acessibilidade para o deficiente intelectual passa justamente por uma mudança de atitude das pessoas. Quando uma pessoa tem um comprometimento cognitivo e linhas de raciocínio e de pensamento diferentes do convencional, nós é que precisamos fazer mudanças no nosso processo de compreensão, entendimento, comunicação e paciência, para que o resultado desse pensamento possa ter sentido. Se funcionarmos com as pessoas com déficit cognitivo da mesma forma que a sociedade hoje nos impõe, com rapidez, com pressa, com a perfeição de estruturação, nós os consideraremos sem condição de convivência comunitária pelas exigências da sociedade.

Por essa razão, a Federação Nacional das APAEs se dedicou ao tema este ano. Queremos aprofundar o que é acessibilidade para o deficiente intelectual, inclusive respeitando as características inerentes a esse indivíduo.

Precisamos, então, identificar esse ponto, respeitando as características inerentes a esse indivíduo, e aí, sim, rever nossas atitudes.

A APAE do Distrito Federal, que realiza um belo trabalho em Brasília há muitos anos, tem um contrato com a Câmara de prestação de serviço de pessoas com deficiência intelectual. Os Parlamentares talvez nem saibam, mas são essas pessoas que fazem a limpeza do acervo da Biblioteca desta Casa. É um trabalho pioneiro desenvolvido pela APAE/DF e a Universidade de Brasília. Há toda uma metodologia, e a Câmara acreditou nessa experiência, que está tendo resultados muito satisfatórios para a pessoa com deficiência intelectual no campo do trabalho. Outras instituições em Brasília que também têm acervos culturais já buscam essa parceria com a APAE/DF. E isso é um estímulo para os Deputados levarem essa perspectiva às bibliotecas públicas e centros culturais de seu Estado. A atividade é extremamente fácil de ser desenvolvida e absorve a pessoa com deficiência intelectual.

Em cima disso, na Comissão de Direitos Humanos, foi aprovado o requerimento de realização deste evento. E o nosso Presidente, Deputado Luiz Couto, deu todo o apoio para que este seminário fosse realizado. Serão 2 dias de atividades intensas, em que especialistas vão nos fazer pensar um pouco, estimular-nos e até nos inspirar para outras atitudes.



Desde já, agradeço a todos que colaboraram para que este evento acontecesse. Com certeza, quem acompanhá-lo nestes 2 dias vai sair daqui sabendo um pouco mais sobre o tema e até pessoalmente melhor.

Muito obrigado a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Eduardo Barbosa.

Informo que a *TV Câmara* está transmitindo ao vivo este nosso evento.

Concedo a palavra, para uma saudação inicial, à Deputada Maria do Rosário, Presidenta da Comissão de Educação e Cultura.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Cumprimento o Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Luiz Couto, e toda a Comissão pela realização deste evento; o Presidente da FENAPAE e colega Parlamentar, Deputado Eduardo Barbosa, autor do requerimento de realização deste fórum e também integrante da Comissão de Educação; os Deputados Alex Canziani e Dr. Ubiali, que igualmente integram a Comissão de Educação, as senhoras e os senhores presentes.

O Deputado Eduardo Barbosa promove, por meio de seu trabalho, um elo entre as ações de direitos humanos e as iniciativas educacionais e da assistência social na Câmara dos Deputados, um trabalho de integração entre diferentes áreas de atuação parlamentar da Câmara. E agradeço a S.Exa. a contribuição que tem dado à Comissão de Educação e Cultura, que, assim, está atenta aos temas educacionais ligados às pessoas com deficiência de modo geral e às pessoas com deficiência intelectual de modo especial.

Cumprimento também a representante do Poder Executivo, Sra. Maria Izabel Maior, ressaltando a importância de termos aqui essa integração das políticas públicas desenvolvidas, compreendendo que o Poder Executivo é que desenvolve as ações, as políticas. Estamos, inclusive, construindo uma perspectiva de orçamento.

Saúdo a colega Deputada Rita Camata, que tem realizado um belíssimo trabalho na área da infância e, portanto, integra este evento de forma especial.

Senhoras e senhores, a Comissão de Educação e Cultura acompanha este seminário com muita atenção, especialmente para que seus resultados e as



indicações que ele possa fazer estejam presentes como sugestões para o trabalho que desenvolvemos.

O tema da educação das pessoas com deficiência tem mobilizado muito a nossa atenção. Estamos nos encaminhando para a elaboração do Plano Nacional de Educação para o período 2011/2020 e precisamos que esse tema esteja devidamente tratado, analisado, pensado, sobretudo no que se refere ao significado da palavra inclusão e a todas as possibilidades educativas das pessoas com deficiência. Devemos trabalhar também uma escola com pensamento e visão mais abertos sobre as possibilidades educativas de desenvolvimento cognitivo, afetivo e intelectual, de modo geral, para todas as crianças, todos os adolescentes, enfim, pessoas de todas as idades.

É muito interessante que este Fórum Sobre Deficiência Intelectual esteja articulado com a X Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual sobre o mundo do trabalho e o acesso a ele.

O mundo do trabalho tem sofrido grandes transformações, mas todas elas se dão em um patamar de maiores exigências, de maiores cobranças e de realização de múltiplas atividades pelo trabalhador. Estamos tentando, por meio deste Fórum e desta Jornada, atentar para as possibilidades de acesso à educação e ao mundo do trabalho que não estejam limitadas aos paradigmas do mercado e da produtividade como as que reconhecemos no mundo contemporâneo.

Afinal, também a educação precisa estar mais aberta, até mesmo quando se pensa em avaliação dos processos educativos, compreendendo a diversidade de possibilidades, reconhecendo o lugar de acesso e o lugar de chegada de cada um dos que participam dos processos educativos.

Parece interessante pensarmos nisso quando falamos em inclusão, porque é a mesma avaliação que temos de todas as crianças, todos os adolescentes, todos os adultos, mesmo no mundo do trabalho, quando a escola assume perspectivas importantes de formação profissional. Que tipo de avaliação a escola faz das pessoas quando elas ingressam no chamado mercado de trabalho? Avaliações estabelecidas a partir unicamente do conceito de produtividade nos desafiam quanto à rapidez dos processos de trabalho, dos sistemas, que são a rapidez do mundo contemporâneo.



Então, neste importante evento, a Comissão de Educação e Cultura e os demais Deputados aqui presentes têm a expectativa de que possamos chegar a resultados que nos orientem quanto à forma de a escola integrar-se ao mundo do trabalho — e numa perspectiva educativa de autonomia, como disse o colega Deputado Eduardo Barbosa, de independência, não de tutela. Mas, para isso, ela deve ser desafiadora, ou seja, não devemos estar limitados a pensar a escola e o mundo do trabalho como espaços unicamente competitivos, de produção, de lucro e de lugar de chegada, sob pena de não conseguirmos incluir não apenas as pessoas com deficiência intelectual, mas as pessoas em geral, num sentido mais amplo e mais humano, como já foi dito aqui.

Então, saúdo a Comissão por este evento, que inclui, entre suas tarefas, a de firmar, no rol dos direitos humanos, os direitos das pessoas com deficiência intelectual.

A exemplo dos colegas da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, nós, membros da Comissão de Educação e Cultura, assumimos parte da tarefa que aqui se apresenta, na expectativa de, com este debate, recebermos luzes importantes para clarear a discussão que ali estamos travando.

Muito obrigada, e um bom Fórum, uma boa Jornada, um bom trabalho a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputada Maria do Rosário.

Estava prevista a participação do Senador Flávio Arns na mesa de abertura dos trabalhos, mas, por ofício, S.Exa. comunica que está impossibilitado de comparecer a este evento, uma vez que está presidindo uma reunião no Senado, cumprimenta a todos e nos deseja muito sucesso. S.Exa. será, então, representado pela Sra. Ivonilde neste evento.

A SRA. DEPUTADA MARIA DO ROSÁRIO - Deputado Luiz Couto, ainda que eu não esteja sendo delicada — e peço desculpas por isso —, vou ter de me retirar. Ocorre que está agendada uma reunião da Comissão de Educação e Cultura para as 9h30min. Portanto, a esta hora, já há colegas esperando pela abertura dos trabalhos.



Na condição de Presidenta, terei de me ausentar, mas aqui estão outros membros daquela Comissão, inclusive o Deputado Pedro Wilson, ex-Presidente da CEC. Peço a todos compreensão e desculpas, especialmente à Sra. Izabel Maior, a quem convido para posteriormente comparecer à nossa Comissão.

Portanto, se V.Exa. me permitir, Deputado Luiz Couto, vou me retirar.

O SR PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Com certeza, Deputada. Na condição de Presidente de Comissão, temos de ficar sempre atentos às reuniões marcadas.

Na próxima rodada, teremos a participação do Deputado Eduardo Barbosa, que nos honrará com uma palestra.

Peço ao Deputado Pedro Wilson que assuma a direção dos trabalhos em seguida e concedo a palavra, para sua saudação inicial, à Sra. Izabel Maior, titular da Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência — CORDE.

A SRA. IZABEL MAIOR - Muito obrigada, Exmo. Sr. Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados.

Cumprimento o Sr. Deputado Eduardo Barbosa, Presidente da Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais — FENAPAE; a Deputada Rita Camata, o Deputado Pedro Wilson, o Deputado Dr. Ubiali e o Deputado Alex Canziani, que se encontram aqui conosco, bem como o Vereador de Minas Gerais que acaba de chegar, todos os senhores gestores de entidades não governamentais, pais, mães e os que participam das unidades da instituição em toda a Federação brasileira.

Deputado Luiz Couto, este é um momento extremamente importante. Pelo próprio número de edições da Jornada — esta é a décima —, já vimos que este é um trabalho que há de continuar durante muito tempo, até que todos nós possamos nos acostumar com uma palavra extremamente importante e que significa o conjunto dos direitos humanos.

Os direitos humanos nascem com a pessoa, com a sua inerente dignidade, e tem, no ano de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o apogeu e o início de um conjunto de convenções de direitos que virão nessa esteira, até



chegarmos à primeira Convenção dos Direitos, no milênio atual, que é a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

O Ministro Paulo Vannuchi tem um interesse extremamente grande por todo o corolário de situações relacionadas às pessoas com deficiência e, portanto, à implementação da política pública, que faz em parceria com esta Casa, e com o Congresso Nacional como um todo, um conjunto entre legislação e ação, o que para nós é extremamente importante.

Além de trazer aqui o trabalho da Secretaria, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero trazer o abraço da CONADE, o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, que está hoje em Brasília.

Informo que também vou ter de me ausentar daqui a pouco, porque presido a Comissão de Articulação de Conselhos do CONADE, mas, com grande honra, voltarei à tarde, pois vou ter o desafio de falar sobre acessibilidade e deficiência intelectual.

Então, gostaria de pontuar este início com a nova percepção que a convenção que o Brasil ratificou, inicialmente com o apoio da Comissão de Direitos humanos e, depois, de todo o Congresso Nacional, com três quintos de Deputados e três quintos de Senadores, com votação em 2 turnos, conseguimos que a Convenção tenha hoje o *status* de emenda constitucional. E o que isso significa? Muito mais do que um rito, muito mais do que um documento, isso significa a garantia de direitos das pessoas com deficiências.

Na Convenção da ONU, há uma atenção muito especial às pessoas com deficiência intelectual, até pelo fato de cunharmos definitivamente a terminologia. É extremamente importante que este Fórum traga, em vários momentos, de maneira repetitiva e didática, a informação de que estamos na era das pessoas que apresentam deficiência intelectual — e isso as faz tão pessoas como qualquer outra das pessoas que tenham algum outro tipo de deficiência ou não tenham qualquer tipo de deficiência.

A nomenclatura diz muito do momento cultural, do momento de desenvolvimento de uma sociedade. E a sociedade brasileira, especialmente no âmbito das Américas, está entre os 5 países mais inclusivos, junto com Canadá, Estados Unidos, Jamaica e Costa Rica, países que prezam os direitos humanos.



Ainda nessa visão maior dos direitos humanos, toda a agenda social do Governo Federal foi traçada, como prioridade do Governo do Presidente Lula, com a visão de que temos de dar acessibilidade a todas as pessoas que tenham algum tipo de deficiência, nas áreas da saúde, da educação, dos transportes, da infraestrutura, da habitação, do interesse social, do trabalho — que vai ser o mote principal desta Jornada — e de conscientização e sensibilização da sociedade, para que todos entendam e tenham uma posição de parceria com as pessoas com deficiência e suas famílias.

Na condição de médica, assim como o Sr. Deputado Eduardo Barbosa, durante boa parte de minha vida — sou neurologista e fisiatra —, trabalhei diretamente com pessoas com deficiência intelectual, em especial com aquelas com quadro de deficiência múltipla, muitas vezes, com paralisia cerebral e deficiências sensorial, motora e intelectual.

Muitas vezes, tive oportunidade de dirigir seminários e, principalmente, grupos de conversas com famílias de pessoas com tais deficiências e profissionais das equipes de reabilitação, no sentido de fazer com que tivéssemos todas expectativas positivas em relação às crianças e aos jovens com deficiência intelectual.

Tudo começa por acreditarmos. Quando acreditamos, fazemos o melhor. Quando acreditamos nesse porvir da pessoa com deficiência intelectual, fazemos com que ela tenha a oportunidade, em cada uma das etapas da vida, de passar por todas as experiências das demais crianças, jovens, adultos e, agora, idosos com deficiência intelectual, mostrando o nosso desenvolvimento, mostrando a capacidade que o Brasil hoje tem de fazer com que as pessoas mesmo tendo deficiência intelectual cheguem não só à idade adulta, mas também à terceira idade.

Conversamos muito sobre a possibilidade de essas pessoas ultrapassarem situações que as levavam a ficar em casa. Isso foi extremamente importante. A década de 80 foi marcada por esse processo. E, na década de 90, começa o verdadeiro processo de inserção na sociedade, conhecido por nós como o modelo da inclusão.

Não entendo nada sobre pessoas com deficiência a não ser que o conjunto de pessoas com deficiência intelectual deve ser igualmente tratado e consideradas



as suas especificidades, como bem disseram o Deputado Luiz Couto e, posteriormente, a Deputada Maria do Rosário e o Deputado Eduardo Barbosa.

Cada um de nós tem um ritmo de aprendizagem, um ritmo de comportamento e uma maneira diferente de se expressar. É exatamente isso o desafio quando tratamos da deficiência intelectual. A nossa natural inclinação para a infantilização da deficiência intelectual atrapalha o desenvolvimento natural das pessoas, dos meninos, meninas e jovens com deficiência intelectual. Muitas vezes, temos de fazer com que as famílias consigam se encorajar para permitir que essas pessoas tenham a sua autonomia, o seu direito de escolha.

Ao utilizar a palavra escolha, quero dizer que foi uma grande escolha o que a Secretaria Especial dos Direitos Humanos fez, nos últimos anos, junto com a FENAPAE: acreditar no Programa de Autodefensoria.

Reputamos o Programa de Autodefensoria da Federação Nacional das APAEs como um dos mais importantes para aqueles que apresentam deficiência intelectual. E, para mim, sempre é uma grande honra ter a oportunidade de apoiar a realização dos eventos dos autodefensores.

Para os senhores terem uma ideia, lembro que, num determinado momento, salvo engano, numa reunião dos autodefensores em João Pessoa, fui surpreendida pela pergunta de um autodefensor: *“O que é democracia?”*. Antigamente, não se imaginaria que uma pessoa com deficiência intelectual pensasse em democracia. E ele completou a pergunta: *“Eu quero saber se eu vou votar”*. Isso é cidadania, isso é a expressão livre de sua vontade e de sua capacidade de participar e intervir no desenvolvimento do País.

Com a percepção de que cabe a toda a sociedade abrir espaços, derrubar as barreiras e tratar as pessoas com deficiência intelectual com o devido respeito, resguardadas as diferenças, gostaria de saudar a todos e desejar que este Fórum e a X Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual alcancem absoluto sucesso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Dra. Izabel Maior.

Registro a presença do Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão; dos Vereadores Anselmo Fabiano Santos e Édio Gonçalves Pinto, de Itaúna, Minas



Gerais; da Profa. Giselda Jordão, representante do Secretário de Educação do Distrito Federal, Sr. José Luiz da Silva Valente.

Vamos agora desfazer a Mesa de Abertura, solicitando ao Deputado Eduardo Barbosa que continue em seu lugar.

Convido o Deputado Pedro Wilson para coordenar os trabalhos da Mesa I, na qual haverá a palestra do Deputado Eduardo Barbosa sobre o tema *Por que discutir a deficiência intelectual? (Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Bom dia a todas e todos.

Ao assumir a coordenação desta Mesa, quero saudar os Deputados, os dirigentes de vários Estados que participam dessa luta dos direitos humanos para os portadores de deficiência, especialmente de deficiência intelectual.

Saúdo o Deputado Luiz Couto, Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e passo a palavra, com muita honra, ao jovem Deputado, que tem liderado não apenas no Estado de Minas Gerais, mas em todo o Brasil e neste Congresso também, a luta pelos direitos humanos de crianças e adolescentes portadores de deficiência, Deputado Eduardo Barbosa, que honra esta Câmara e este Congresso.

Não é diminuir ninguém dizer que o Senador Flávio Arns e o Deputado Eduardo Barbosa representam um esforço enorme nessa luta. É lógico que os Deputados Domingos Dutra, Rita Camata, Luiz Couto e outros têm também se destacado nesse trabalho.

Este Fórum tem 2 objetivos fundamentais: primeiro, reunir todos e fazer um debate profundo, como exprimi aqui a Dra. Maria Izabel Maior, sobre a necessidade de expandirmos as políticas públicas, e, segundo, promover a troca de experiência com diversas ações nos Estados e Municípios brasileiros.

Deputado Eduardo Barbosa, é com grande honra e muito gosto por sua contribuição que faço este registro não só na condição de colega Deputado, mas também de admirador do seu trabalho em todo o Brasil, especialmente em Minas Gerais e nesta Casa.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. DEPUTADO EDUARDO BARBOSA - Coisa boa ser apresentado dessa forma. Muito obrigado, Sr. Presidente. O ser humano precisa de afagos, que



nos estimulam inclusive a fazer algum tipo de comunicação ou expressar nossas ideias. A bondade do Deputado Pedro Wilson é recíproca à minha forma de vê-lo, não só na sua atuação, no seu compromisso, mas como companheiro, como ser humano, como colega, o que é fundamental. O que faz com que as pessoas se diferenciem são as atitudes cotidianas. E o Deputado Pedro Wilson sempre foi um companheiro, um amigo, que tem sempre uma palavra boa para todos.

Vou dar prosseguimento às minhas palavras iniciais, quando tive a incumbência de fazer a introdução da temática deste seminário.

Por que discutirmos a deficiência intelectual? No Brasil, já passamos a importante fase da conscientização do direito da pessoa com deficiência. E, na expressão “pessoa com deficiência”, incluem-se todas as deficiências.

Como disse, temos todas as garantias para que esses direitos de fato se concretizem, embora nem sempre acompanhados de orçamentos justos, nas 3 esferas de Governo, para que as pessoas com deficiência alcancem e tenham acesso a tudo que é de direito, inclusive para favorecê-los a condição plena de participação na sociedade.

Ainda há limitações e restrições na área da educação para a pessoa com deficiência, bem o sabemos. Não temos uma universalização para pessoa com deficiência. Ainda existem restrições. Vários municípios brasileiros ainda não acordaram para garantir não só o acesso, mas também o percurso com qualidade da educação voltada para a pessoa com deficiência.

A educação profissional, que já é uma complexidade de forma geral para o jovem brasileiro, para a pessoa com deficiência, torna-se um desafio a mais. Apesar de termos avançado nas garantias de direito das pessoa com deficiência, é hora de identificarmos com mais precisão as questões que envolvem as pessoas com deficiência nas suas diferenças.

A Lei de Acessibilidade deu uma visibilidade imensa para os direitos dessas pessoas. O Ministério Público tem acionado Prefeitos e gestores públicas para que prevaleça o direito de uma sociedade, de uma cidade que permita a convivência das pessoas independente de sua condição.

Os ajustes de conduta estão aí dando tempo para que as gestões públicas façam as adequações e adaptações necessárias para viabilizar o ir e vir,



principalmente das pessoas com deficiência física que têm limitações e que, às vezes, dependem de estruturas adequadas.

Tivemos avanços nos meios de comunicação. Os jornais, por exemplo, já estão legendados; já existe, para aquele que não escuta, a alternativa de acessar os programas legendados. Para os próprios cegos, cada dia mais são desenvolvidas técnicas e metodologias que facilitam o seu processo de aprendizado e convivência. Temos hoje um investimento muito grande, além da escrita braile e dos livros falados, que foram um ganho na tecnologia. A própria adaptação da tecnologia de informação está à disposição das pessoas com deficiência. Há *sites* já adaptados; temos toda uma tecnologia voltada para essa questão.

Pois bem. A situação é real e está à nossa disposição. Ao mesmo tempo, vivemos com problemas extremamente simples de serem às vezes encarados, mas igualmente complexos para quem vive algumas questões específicas inerentes a sua condição.

A pessoa com deficiência intelectual vive e sofre muito essas restrições, apesar de a tecnologia estar à disposição de todos. Isso porque suas especificidades às vezes não são tratadas como deveriam ser. A pessoa com deficiência intelectual tem déficit cognitivo. Chamamos a atenção — e a Sra. Izabel Maior reafirmou o que estamos sinalizando — dos senhores para essa nomenclatura justamente para que haja o entendimento de toda a sociedade do que acontece. *“Olha, eu tenho um comprometimento cognitivo, o meu pensamento se faz de forma diferenciada do convencional, eu tenho forma de funcionamento diferenciada. Eu demoro a processar a mensagem que recebo. Às vezes demoro a processar a resposta que eu tenho de dar a essa mensagem. Às vezes, não tenho uma facilidade em formalizar essas ideias. Tenho uma dificuldade de fazer com que as minhas ideias sejam expressadas com clareza.”*

Chamá-los de pessoa com deficiência intelectual objetiva fazer com que a sociedade perceba que o comprometimento é justamente na elaboração do pensamento, que não funciona como o da grande maioria, não tem a agilidade que queremos que tenha, ao contrário, os tempos são bem diferenciados. Quando passamos essa mensagem para a população, ela tem de se entender que, diante



dessas pessoas, não se fazem as mesmas exigências que a um outro que não tenha comprometimento cognitivo e de pensamento.

Este seminário vai tentar nos esclarecer melhor o funcionamento de uma pessoa com deficiência intelectual e pautar inclusive as nossas relações com esse indivíduo.

Quando se percebe essa característica no outro e se sabe que ela é inerente à condição dele, o processo de mudança e de transformação na interação com esse indivíduo não depende dele, mas de nós, o que vai exigir de todos nós atitudes de muito mais tranquilidade.

Não se lida com deficiência intelectual com pressa, achando que, com uma frase complexa, a mensagem será entendida e uma resposta eficiente será dada de imediato. É preciso pautar essa conversa, ter o entendimento e a percepção de que as mensagens passam às vezes de forma mais gradativa e diferenciada, dando tempo a ele inclusive de dar a sua resposta satisfatória.

No entanto, na modernidade em que vivemos, esse tempo não existe mais. O tempo é *on-line*, é o tempo da informação — uma atrás da outra, e tudo é para ontem. Não conseguimos nem absorver uma notícia de agora, e já há outra no lugar. Como o deficiente intelectual funciona nessa sociedade moderna?

Estamos diante de um antagonismo interessante. Ao mesmo tempo em que queremos lutar e temos os direitos de garantia, temos uma realidade de organização da sociedade incompatível até com a paciência e o tempo necessários para o outro.

Isso nos traz uma reflexão maior: será que o deficiente intelectual, apesar do arcabouço de direitos e leis que o garante, terá vez nessa sociedade competitiva — como tão bem foi formulado pela Deputada Maria do Rosário —, que valoriza o resultado e na qual a palavra-chave nas empresas e nas instituições públicas são “eficiência” e “eficácia”? Ora, esses termos nos remetem ao resultado rápido, preciso, competente. Então, para essa sociedade, o deficiente intelectual não terá vez. E continuaremos fazendo discursos muito bonitos, assegurando a esses deficientes seus direitos, mas, na prática, isso é irreal.

É por tudo isso que precisamos conversar sobre a questão, caso contrário, vamos fazer de conta que se faz educação inclusiva para a pessoa com deficiência



intelectual, fazer de conta que ele tem acesso ao mundo do trabalho. Trata-se de um “fazer de conta”, mas não queremos esse “fazer de conta”.

Por exemplo, a inclusão desses deficientes na escola comum é um tema que está sendo debatido, pautado, discutido, provocado. Existem inclusive dados positivos em relação a matrículas de deficientes na escola. E percebemos hoje que temos uma política de educação especial com enfoque na inclusão, mas não temos uma política de “educação inclusiva” — o que é bem diferente. Uma política de educação especial com enfoque na inclusão deveria significar o seguinte: que as escolas se preparem, porque eles devem estar naqueles espaços. Porém, mais uma vez são esses deficientes que estão se adequando ao que vão encontrar lá. Ou seja, a adequação não foi da escola para receber a diversidade, mas do deficiente. É ele quem deve se enquadrar nos mesmos modelos preexistentes.

E não vamos nos iludir, porque a escola comum funciona com médias, com notas, enfim, com as mesmas avaliações de eficiência e eficácia.

Outro dia, em conversa com um autodefensor incluído na escola comum, dele ouvi com muita propriedade uma avaliação muito precisa: *“Estou na escola comum. Quando eu recebo a prova, fico suando de ansiedade porque não sei responder sequer uma questão. E a professora passa perto de mim e diz: ‘não se preocupe, pois você vai passar...’”*.

E aquele deficiente fica angustiado, porque imaginava que, quando chegasse à escola comum, iria aprender mais. A preocupação dele não é passar de ano, mesmo porque ele já é concursado, já tem inclusive estabilidade, pois é servidor público. A expectativa dele era a de aprender, ganhar conhecimento. Mas a professora recomenda: *“Não se preocupe, leve essa prova para a Sala Recurso, pois lá a professora vai resolver a prova para você.”*

E os colegas não deficientes acham bonito isso, ou seja, que a professora diga ao deficiente que não se preocupe com a prova. Mas o fato é que ele se preocupa com o aprendizado.

Portanto, vejam que o deficiente intelectual, apesar do comprometimento cognitivo, leva muito mais a sério esse espaço conquistado do que um outro aluno sem deficiência, porque ele entende que lá é um espaço de aprimoramento, conquistas e ganhos.



Na realidade, justifica-se a inclusão escolar simplesmente pela socialização, mas a socialização não resolve tudo. O espaço da escola vai além da socialização, o espaço da escola deve garantir aprendizado. Eu tenho que sair dali melhor do que entrei, em termos de conhecimento, para que eu tenha mais instrumentos para lidar com este mundo, que é este mundo competitivo de que eu falei. E simplesmente o que acontecerá para ele é a certificação, mas não um aprimoramento de conhecimento. E nesse caso eu que citei, certificação para quê? A lei nem exige do deficiente intelectual a certificação para o mercado de trabalho! Ele já é até concursado! Ele quer muito mais do que isso.

Agora, de fato nós não estamos lidando com essa variável de processos individuais que as pessoas têm, e eu tenho de saber como lidar com eles. E isso vale para uma pessoa com deficiência intelectual, como eu disse, com pouco comprometimento, porque ele inclusive passou num concurso público, ele tem independência, ele locomove-se, ele namora, quer casar. Ele vai à casa da namorada com independência, ele não precisa de que ninguém pague a passagem dele. Ele transita numa grande cidade, ele expressa-se muito bem. E aqueles que não têm essas habilidades? Esses estão muito mais distantes de uma proposta inclusiva.

Recentemente a FIPE inclusive lançou aí o resultado de uma pesquisa encomendada pelo Ministério da Educação. A FIPE, que é ligada à USP, fez uma pesquisa em 500 escolas brasileiras, para identificar o nível de preconceitos em relação a 8 grupos sociais dentro das escolas, entrevistando professores, diretores, alunos e familiares, e 2 perguntas foram feitas nessa pesquisa.

A primeira pergunta foi se em relação àqueles grupos identificados as pessoas tinham preconceitos. Os grupos pesquisados foram: pessoas com deficiência, homossexuais, faixa etária/idosos, moradores de periferia, moradores de zona rural, ciganos, negros, e há mais um, de que me esqueci. A pesquisa revelou, em primeiro lugar — não sei se você chegou a vê-la —, que o nível de preconceito em relação a todos esses grupos sociais está acima de 90%. Quando eu vi essa pesquisa, arrepiei-me: 90% dos entrevistados demonstraram ter preconceito em relação a pelo menos 3 desses grupos sociais! Eu imaginava que a nossa sociedade já tinha ultrapassado esses percentuais de preconceito, e não ultrapassou.



E na segunda pergunta, quando se indaga se eles conviveriam com um desses grupos, 96%, em primeiro lugar, não querem conviver com deficiente intelectual. E por aí vai; depois, dos outros grupos, o menos rejeitado é o dos negros, com 84% de pessoas que não querem conviver com eles. E eu falava sobre isso a uma plateia quando uma mãe se levantou e disse: “Eu sou negra, moro na periferia, tenho um filho deficiente e sou pobre.”

E depois nós dizemos, Anselmo, que a sociedade brasileira não é preconceituosa, e é uma mentira! Discutir o processo de inclusão sem lidar com essa questão anterior também é uma mentira, não é?

Agora, essa pesquisa assustou-nos justamente porque o deficiente intelectual está em primeiro lugar no *ranking* de rejeição, do não desejo de convivência dos colegas. E aí eu fico imaginando como é estar dentro de uma escola comum, e você, sozinho, ter que estar enfrentando esse olhar. Outro dia vi uma menina, também com deficiência intelectual que está numa escola comum, angustiada, tristonha, deprimida e triste, sabem por quê? Porque não houve um colega que quisesse dançar com ela na festa junina. Na festa junina! E vocês sabe que isso, para um jovem, é a exclusão da exclusão, é ir para a casa triste e ficar 1 mês deprimido, não é verdade? Ser rejeitado pelo próprio grupo, numa festa de convivência social! Então, quer dizer que nem a socialização está sendo de fato atendida.

Então, o que falta, de fato, para isso? O que falta?

E agora nós vamos para o mundo do trabalho. É outro desafio. A competitividade no mundo do trabalho é o que é o mais expressivo. Empresário quer lucro. O empresário vive em função dos resultados, e ele quer um funcionário que possa dar-lhe a viabilidade desse lucro e ter a eficácia e a eficiência a que fiz referência anteriormente. Então, o processo de seleção baseia-se nisso, no que é que aquele contratado agrega, em termos de eficiência e de resultados. E aí vê-se que nós temos uma Lei de Cotas no Brasil, que está aí, inclusive fazendo com que as coisas aconteçam, de alguma forma, porém a Lei de Cotas é ampla; ou seja, acima de 100 empregados, deve haver percentuais de pessoas com deficiência. E não se cita qual é a deficiência, só pessoas com deficiência.

Nós que lidamos inclusive com a intermediação de mão de obra, às vezes as empresas buscam nossa ajuda porque têm de responder à fiscalização do Ministério



do Trabalho e querem inseri-los, mas enviam-nos uma lista, assim: “Não quero deficiente físico paraplégico ou cadeirante; não quero cego total; não quero surdo total”. Ou seja, querem meio cego, meio surdo, meio paraplégico. Deficiente intelectual nem entra no “meio”. Não querem de jeito nenhum. (*Risos.*) Então, a legislação é afirmativa, é uma política afirmativa, mas ao mesmo tempo restringe.

Não sei se vocês sabem, mas os empresários querem fazer com que a Lei de Cotas mude. Inclusive está pautado, como uma das prioridades da Conferência Nacional das Indústrias, que isso é um assunto que tem de ser revertido, sob a alegação de que não há pessoas qualificadas. Qual de nós chegou para trabalhar qualificado efetivamente? Podíamos ter até um bom diploma, que nos abriu a porta, ou nos tornou mais competitivos para a seleção, mas a qualificação se deu no dia a dia. Ou seja, se a empresa tivesse esse olhar, ela também possibilitaria a capacitação dos indivíduos, mas o máximo que se faz são adequações físicas, ou de equipamentos, para poder facilitar o acesso.

No caso do deficiente intelectual, isso depende de muito mais do que uma adaptação de espaços, ou de tecnologia, não é? Por exemplo, diante de um posto de trabalho, às vezes um chefe de recursos humanos tem que fazer um reordenamento de atribuições, para que o deficiente intelectual possa estar naquele posto de trabalho. Ser um *office boy* é compatível, às vezes, com as habilidades do deficiente intelectual? Sim; agora, isso depende das atribuições que forem definidas pelos RHs das empresas para o *office boy*, porque se exigirem do *office boy* leitura e escrita o deficiente intelectual muitas vezes não terá condição, e isso é um processo de expulsão dessa oportunidade, porque se ele não apresentar essa habilidade as outras funções não serão testadas. Ou seja, ele pode atender telefone, ele pode ir ao banco, ele pode ir ao correio, ele pode postar cartas, ele pode organizar materiais; há mil atribuições que podem ser feitas. Então, as atribuições terão que ser modificadas e readaptadas, para que ele possa ser aproveitado nesse posto de trabalho. Mas aí justifica-se a não qualificação, e não se revê a ética da empresa, muito menos as atribuições de postos de trabalho; então, ele não terá vez.

Ou seja, mais uma vez nós culpamos a sua condição por não estar apto. É ele que não dá conta. É ele que não funciona bem. E não há a revisão de atribuições e competências que eu poderia designar para esse indivíduo. Exige-se que esse



trabalhador venha pronto para a empresa. Ele nunca virá pronto, porque o rol de atribuições é incompatível com a sua condição. E esse debate tem de ser feito.

Outro dia eu participei de um seminário no Senado Federal sobre educação profissional para o mundo do trabalho. Estava lá representada a FEBRABAN, gente graúda, muito bacana, representantes do Sistema S, fazendo o relato de experiências positivas. Mas a própria FEBRABAN apontou: “Olhem, não há a capacitação das pessoas. Nós temos postos de trabalho, mas o que está acontecendo é que o deficiente muito bem formado está recebendo várias propostas de emprego, ele está mudando de banco para banco, pelas competências que ele tem.” Aí, quando você lança o olhar especificamente para esses, vê que são deficientes físicos, ou deficientes sensoriais, de classe média alta, que tiveram excelentes formações, e que independentemente de cotas seriam bem sucedidos, porque o que está atraindo-os, inclusive para outros postos de trabalho, é sua competência inerente, em função de uma formação que tiveram, sim.

Agora, a grande maioria não consegue chegar à porta, porque eles pedem até domínio de Excel. Quem aqui domina Excel, gente, entre nós? Eu mal e mal passo os meus *e-mails* e dou conta de abrir a minha conta no banco para fazer transferência e pagamento! “Escreva alguma coisa no Word”. E pronto! E o deficiente intelectual preencherá, terá de preencher essas capacidades que não são compatíveis com a sua condição. Ele pode até conquistar um punhado de habilidades, como eu, no computador. As minhas ele consegue. Mais do que isso, eu não sei, porque exige uma abstração muito maior, o que não é muito compatível com a sua condição. E por aí vai.

É por isso temos de discutir. Inclusão do deficiente intelectual? Qual é o desafio? Ele entra nessa cota, nessa leva de todo o mundo, e fica atrás da fila, do mesmo jeito? Nós estamos dizendo que a inclusão existe, e ele está ficando para trás nesse processo?

E aí vamos deparar-nos com a rigidez da legislação também, que às vezes faz restrição, por exemplo, às oficinas apoiadas. O que é oficina apoiada? Para quem não sabe — muitos aqui sabem, e trabalham com isso; outros não, estão ouvindo falar disso pela primeira vez; e inclusive a *TV Câmara* está transmitindo, então estamos falando para o público externo também —, o trabalho apoiado é



justamente uma estratégia que foi utilizada para aquelas pessoas que às vezes não conseguem ter independência completa no mundo do trabalho e precisam de alguém coordenando esse processo. Eles são produtivos, porém há uma coordenação auxiliando-os.

Isso é muito comum, voltado para a pessoa com deficiência intelectual e múltipla, e é necessário, mas às vezes a Lei de Cotas, por exemplo, não pode ser preenchida com essa alternativa, porque existe uma visão do Ministério do Trabalho de que a Lei de Cotas só pode funcionar quando as coisas são feitas dentro da empresa, numa estrutura da empresa.

Até aí eu concordo. Acho que a empresa tem de se abrir mesmo para esses desafios, mas às vezes nós temos experiências, assim, de compra de prestação de serviço. A terceirização é usada em todo lugar, e às vezes é uma entidade, uma organização, uma cooperativa, uma associação de pais que organiza o trabalho apoiado, e ela pode vender um serviço para a empresa, mas isso não pode ser computado pela Lei de Cotas, porque não está acontecendo dentro da empresa. E há gente que bate o pé e diz que isso não pode mesmo, de jeito nenhum, porque a empresa não transformou a atribuição.

E eu fui ver um programa de trabalho apoiado de uma empresa, caso que é aceito pelo Ministério do Trabalho. A empresa está aqui, compraram o lote de cá, há um muro com passagem para a intercomunicação, o trabalho apoiado está do lado de lá, os meninos ficam do lado de lá e a empresa de cá, mas é tudo patrimônio da empresa; então, pode — parodiando a comediantes, pode, não é? Então, dá para fazer o faz de conta de outras formas. Inclusive a refeição é servida lá. Existe um grupo específico para trabalhar do lado de cá, mas, porque está dentro do espaço da empresa, então pode. Pois bem, são esses os desafios.

Outro dia eu vi um vídeo americano sobre uma cega e surda que trabalha em um restaurante, e é incrível o filme. A função dela dentro do restaurante qual é? Simplesmente fazer os *kits* dos guardanapos com os talheres. Ela abre o guardanapo, põe o garfo, a colher e tal, enrola, e deixa lá, para os garçons depois distribuírem pelas mesas. É a função. E entrevistou-se o empresário dono do restaurante — vejam como é a visão americana; a questão cultural é interessante — e o empresário disse o seguinte: “É mais barato para nós mantermos essa



funcionária aqui do que o Estado manter um programa de apoio social para ela, com o que gasta muito mais, e isso onera os nossos impostos”. E ele disse ainda: “Se eu libero um pouco o Estado dessa função, desse apoio, e ela está exercendo essa função, e ganha, é uma consumidora. Tem salário e gasta.” É a cultura americana, que, por um lado, facilita a inclusão. Por outro lado, a nossa cultura é diferente. A empresa no Brasil diz o seguinte: “Eu não sou previdência, eu não sou assistência social. Então, o Estado que tome conta desses casos.” Não é isso?

Então, vejam como o processo cultural interfere inclusive na perspectiva de espaços, de espaços reais de garantia de direitos para essas pessoas. Quanto nós teremos de transpor? Não sei se é tanto para os americanos ou tanto para nós, mas nós temos de buscar aí uma média disso tudo. Para nós que fomos criados como antiamericanos, talvez esse seja um bom exemplo, um exemplo interessante que eles nos dão de um outro olhar, de uma outra visão.

Não sei se vocês acompanharam a proposta de reforma da saúde que Obama está querendo fazer e a polêmica que está havendo lá, porque vai aumentar a despesa do Estado, e a população não concorda muito com aumentar as despesas para o Estado. E na nossa cultura, nós queremos aumentar as despesas do Estado, não é? E não vamos entrar nessa discussão, não, senão entra a questão ideológica depois, e nós estamos aqui entre os neoliberais e os não liberais (*risos*), e começa por aí. Mas quando nós usamos esse olhar, e ampliamos esse olhar, vemos os entraves que nós temos para a inclusão de pessoas com deficiência, sim, na cultura da sociedade brasileira, que entende que o Estado tem de tutelar principalmente os segmentos da população excluídos, ou que não estão dentro dessa média de aceitação, e isso é um impeditivo para fazermos a transformação das instituições e — é o caso aqui, por exemplo — do trabalho das empresas.

As empresas precisariam ter um outro olhar de participação da sociedade, o entendimento de que a sociedade é múltipla mesmo, que ela traz a diversidade, o que tem de ser um desafio para cada um. Mas o que vemos é que, na nossa lógica, não basta, às vezes, o dono da empresa querer, porque a estrutura da empresa é mais forte, e todas as instâncias das empresas trazem resistências que temos dificuldades para transpor. Há uma cultura de eficiência e competência incompatível com isso, mas no fundo, no fundo, há o olhar da sociedade brasileira, como um todo,



de que a esses cabe a caridade e a tutela, e isso é uma obrigação de alguns da sociedade que se dedicam de forma altruísta a esse grupo social, e a eles está sendo dada, então, a responsabilidade de assumi-los.

Essa, no fundo, é a cultura, a cultura forte que nós temos. Então, precisamos até desmistificar isso. Assim como a pesquisa da FIPE desmistificou o preconceito, nós temos de desmistificar essas coisas, para as pessoas se tornarem responsáveis.

Meu tempo já deve estar esgotado, mas eu quero abordar mais 2 questões rápidas.

É por isso que têm de ser debatidos os aspectos da deficiência intelectual, porque diante deste mundo em que estamos esse assunto é complicado. Não é tão simples, não. E estamos reportando-nos aos deficientes intelectuais com altos comprometimentos. Esses, então, não estão em lugar nenhum. Não vislumbram nem o mundo do trabalho, não é? E ainda há o olhar, há a visão de que não funcionam mesmo, têm vida ainda vegetativa. Nem o sistema educacional precisa responsabilizar-se por eles... Eu já ouvi educadores de renome, autores de livros importantes, pessoas com formação, que inclusive contribuíram cientificamente para o pensamento, dizerem: "Ah, para esses a escola não vai ter nenhum significado".

Não é verdade! Nós que lidamos com a deficiência intelectual com altos comprometimentos sabemos o quanto a escola, com programas bem ordenados voltados para eles, ajuda-os no seu processo de funcionalidade e de autonomia, que é diferente de independência. Às vezes eles não conseguem o grau de independência, porque independência é fazer tudo, e cada vez mais, sozinho; autonomia é direito de escolha. É diferente! E a escola pode inclusive desenvolver o direito de escolha.

Por mais comprometido que seja o indivíduo, o direito de escolha é inerente a todos. Às vezes nem é dizer: "Pedro, disso eu não gosto. Pedro, você disse uma coisa que não me agradou." Às vezes a escolha não é verbalizada assim. E outro dia eu vi o exemplo de uma escolha. A mãe prepara todos os dias uma sopa para sua filha com alto comprometimento, há a hora certa de dar a sopa à filha, e isso é feito há anos. Houve um dia em que a menina se rebelou, e jogou aquele prato de sopa longe. E a mãe ficou nervosa: "Mas eu fiz a sopa para ela, e essa sopa foi feita com cuidado, e ela faz isso?" E a irmã virou-se para a mãe e disse: "Mãe, a senhora



nunca notou que ela nunca gostou dessa sopa?” E houve um dia em que ela teve a coragem e, com autonomia, reagiu: “Hoje não, pelo amor de Deus! Já deu!” Não é? E talvez tenha sido um ato de repulsa não elaborado, do tipo: “Mãe, será que pode mudar o sabor da sopa?”, ou: “Mãe, eu não gosto de sopa!”, porque esse tipo de resposta não é inerente à sua condição, mas ela rejeitou o prato um dia, e ali a autonomia estava garantida.

E a escola, mesmo para os mais comprometidos, desenvolve esse processo, quando dá a eles inclusive a alternativa educacional de estarem diante de vários desafios e a partir deles saberem também fazer escolhas. E algumas habilidades depois podem ser desenvolvidas para a independência, e em outras habilidades continuarão sendo dependentes.

E aí entra aquela fala sobre a tutela que ouvimos aqui. O fato de se obter apoio para seus atos dependentes não significa tutela. Tutela é interferir no direito de escolha. É diferente. Concordam? E o direito de escolha é do ser. Até o animal instintivamente faz suas escolhas, e o ser humano muito mais. E a pessoa com deficiência, como ser humano, tem a mesma condição e habilidade. E aí, sim, nós vamos ter de nos aprofundar nessas relações em que esse indivíduo está inserido para podermos educar a sociedade para respeitar essas escolhas e vermos como apoiar atos cada vez maiores de independência, dando a eles, então, as 2 coisas, autonomia e independência. Mas a autonomia é anterior, e a independência é uma consequência desse direito.

Hoje limitamos as 2 coisas. Não damos o direito de escolha, e também queremos fazer por eles. Então, a tutela é grande.

E, por fim, o último tema que eu quero levantar diz respeito às peculiaridades das pessoas com deficiência em envelhecimento, e a uma preocupação muito grande com as pessoas com deficiência intelectual também em envelhecimento, porque muitas vezes, como a questão da dependência está presente nas suas vidas, apesar da autonomia conquistada, eles sofrem então um agravamento das suas dependências, porque a dependência é inerente ao envelhecimento. Tornamo-nos às vezes dependentes em várias questões. E para a pessoa com deficiência intelectual tem sido um grande sacrifício envelhecer também no nosso País, onde não temos os apoios necessários, e as famílias sentem-se altamente



fragilizadas nesse processo, porque não há programas de apoio suficientes para poder garantir um envelhecimento digno. E o deficiente intelectual, inclusive com mais limitações nas exigências desses direitos, ainda fica dependendo muito dos favores das famílias, dos seus familiares, no que diz respeito a esses apoios necessários.

E esse é um problema que se agravará. Primeiro, porque a nossa população está envelhecendo, não é? Sabemos que seremos o quinto país do mundo em população idosa a partir de 2014, que está perto. Nós envelhecemos, e faremos parte dessa população envelhecida. E os deficientes intelectuais estão acompanhando o mesmo processo de envelhecimento, chegando a faixas etárias maiores, com seus pais envelhecidos, com menor poder aquisitivo das suas próprias famílias, quando há algum. Nós precisamos, então, debater o que seriam esses ditos mínimos essenciais para as pessoas com deficiência intelectual em envelhecimento. Isso tem de ser também discutido, com relação à pessoa com deficiência de uma forma geral, e mais especialmente com relação à pessoa com deficiência intelectual, com suas peculiaridades.

É a isto, então, que o seminário se propõe: ter aqui o olhar de especialistas nessas áreas que citamos, ter o olhar da família, que vai ter uma presença nesta Mesa, e vai dizer: “Ei, olhem aqui, o que nós estamos vivendo é isso. Menos discurso e mais prática, já, agora!”, porque o discurso é excelente para a projeção das ideias, mas há uma geração inteira sofrendo hoje, e nós temos de socorrê-la. E também a visão da pessoa com deficiência intelectual terá espaço nesta Mesa, para trazerem também a sua ótica, o seu olhar sobre os mesmos problemas.

E o desafio é nosso. Nós não temos receita. Fico muito feliz de ver nessa plateia uma geração muito nova, muita gente nova aqui, preocupada com a questão. E são vocês aqueles que vão poder provocar-nos e também trazer ações efetivas nas mudanças dessas relações. Nós precisamos cada vez mais introduzir nestes movimentos nossos a juventude. Por isso é nós que temos uma perspectiva muito positiva no nosso movimento das APAEs, inclusive de atrair os irmãos para dentro da organização, porque quando os pais envelhecerem os irmãos vão ter de assumir algumas funções com mais responsabilidade, e outros profissionais que, já por identidade, estão muito atuantes nesse processo. Não é?



Então é isto, Pedro, é uma ideia provocativa, para nós debatermos nos 2 dias. Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Mais uma vez, muito obrigado, Deputado Eduardo Barbosa, que não só provocou, mas nos ensinou, deu-nos uma lição, deu-nos um caminho, reflexões. Aqui nessa pesquisa, inclusive, um dos dados também terríveis, Deputado, é o de que esse preconceito está dentro da família de quem está com deficiência. Então, nós sentimos que temos de abrir o jogo para ganharmos.

Quero, mais uma vez, parabenizar o Deputado Eduardo Barbosa e dizer que este Fórum sobre Deficiência Intelectual e a X Jornada do Trabalhador com Deficiência Intelectual são uma realização da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados e da Federação Nacional das APAEs, e especialmente agradecemos à APAE do Distrito Federal.

E este evento está sendo transmitido pela nossa *TV Câmara*. Nossos agradecemos também à direção da *TV Câmara*, aos cinegrafistas, aos técnicos que estão aqui, levando para o público essa reflexão tão bela, da abertura e de agora, com essa exposição indicadora dos propósitos do nosso fórum, do nosso seminário. E até a tarde nós certamente teremos ainda mais reflexões, e terminaremos com lições para nós Deputados, para a Câmara, e também para a nossa luta no cotidiano, em todo o Brasil.

Agradeço, portanto, ao Deputado Eduardo Barbosa, convidando-o para, se for possível, continuar na nossa Mesa.

Vamos passar já à mesa redonda...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Sim.

Então, imediatamente, antes do almoço, vamos ter a mesa redonda sobre o tema “Deficiência intelectual: construindo a autogestão e o protagonismo social — quem somos e podemos ser”.

Notem bem que o Deputado Eduardo Barbosa disse: “Nós estaremos na velhice”, e eu já estou. Não é? (*Risos.*) Vejam o que o tempo do verbo às vezes nos obriga a confessar...



Convido para tomar assento à Mesa o expositor Cosme Silva Santos, Autodefensor da FENAPAEs. *(Palmas.)*

Convido para tomar assento Fábio Matias da Silva, ex-aprendiz da APAE, hoje auxiliar da padaria SuperMaia. *(Palmas.)* Seja bem vindo, Fábio.

Convido Solange de Brito Vidal, aprendiz da APAE. *(Palmas.)*

Convido, como mediadora, Erenice Natália Soares de Carvalho, Coordenadora-Geral de Articulação e de Promoção de Políticas da FENAPAEs. *(Palmas.)* Bem-vinda, Erenice. *(Pausa.)*

Se outras entidades estiverem presentes, é importante para nós nominá-las, dado o interesse inclusive de que depois conste em nosso relatório, e também para divulgar essas entidades que estão representadas aqui e que estão na luta, não só para a boa realização deste seminário, deste fórum, desta jornada, mas para contribuir para dar visibilidade àqueles que estão na luta para discutir a questão da deficiência intelectual.

Registro a presença do Instituto de Apoio aos Povos do Araguaia, representado pelo Sr. Miqueias Gomes, o Zezinho do Araguaia.

De comum acordo com a Sra. Erenice, vamos dar 15 minutos para cada um. Depois poderemos ver o que fazer — e ela tem toda a autoridade para ajudar — para que possamos, dentro do tempo, ter o nosso intervalo para o almoço e retornar imediatamente.

Mais uma vez, comunico que estamos sendo exibidos ao vivo na *TV Câmara* e registro a importância da contribuição da Mesa de abertura, com a Dra. Izabel, a Deputada Maria do Rosário, o Deputado Luiz Couto e o Deputado Eduardo Barbosa, com sua exposição provocadora para nós trabalharmos nesta manhã e hoje à tarde de hoje, neste fórum e nesta jornada, com as APAEs do Brasil.

Podemos começar, Erenice, com Cosme Silva? Então, por até 15 minutos, com a palavra Cosme Silva Santos.

O SR. COSME SILVA SANTOS - Bom dia a todos.

Senhoras e senhores, eu quero agradecer ao Deputado Luiz Couto, ao Deputado Eduardo Barbosa, e falar um pouquinho de mim.

Por que me tornei o Autodefensor Nacional das APAEs? Eu era uma pessoa que não acreditava em mim. Eu sou baiano. Nasci na Bahia. Com 7 anos de idade



comecei a ter um problema. Sentia tanto frio que não havia cobertor que me aquecesse. E quando passou esse frio, comecei a tomar muita água. Água, água, água, muita água, e na mesma hora eu fazia xixi. E a preocupação de minha mãe era grande comigo. Ela procurou apoio médico em Eunápolis, Bahia, e lá ninguém sabia o que eu tinha. Só quando uma médica me encaminhou para Salvador, onde fiquei 3 meses, foi que descobriram qual era o meu problema. Foi lá que, com muito estudo — eu participava desses estudos também —, descobriram meu problema: eu tenho diabetes insípido. É uma glândula que temos na cabeça que domina nossa sede, e a minha é solta. É por isso que eu tomo tanta água. Eu tenho de tomar remédio controlado. Se não tomar esse remédio eu bebo 40 litros de água por noite ou por dia. E isso afetou minha cabeça, essa deficiência. Eu não aprendi a ler nem a escrever.

Meu medicamento eu recebia do Prefeito, só que esse Prefeito perdeu o mandato, e lá na Bahia eu fiquei sem o medicamento. Fiquei 3 anos sem o medicamento. Aí comecei a emagrecer. Fiquei muito magro.

Lá na Bahia minha mãe era professora, e ela alfabetizou os meus irmãos todos. Eu tenho um irmão gêmeo, Damião. Ele já está se formando. Mas ela não conseguiu me alfabetizar.

E aí esse Prefeito perdeu o mandato, e só se achava meu medicamento na Capital. Com isso, minha mãe, com muita luta, achou uma oportunidade para ir para Guarapari, no Espírito Santo, no litoral, perto de Vitória. E ela me levou para lá. Nós fomos para lá, minha família inteira, meus irmãos, todo o mundo. Chegamos lá por causa desse medicamento. Minha mãe era uma pessoa assim, muito correta. Ela corria atrás do meu medicamento.

Com isso, comecei a estudar lá. Estudei com jovens adultos, em escola pública, até em particular eu estudei, só que não aprendi a ler nem a escrever.

Com 20 anos eu disse à minha mãe que eu não queria estudar mais. Eu disse que não queria estudar mais. Ela perguntou: “Por quê?” E eu disse: “Não, mãe, meu irmão já está se formando, e leitura, para mim, coisa de estudo não é para mim, porque eu não sei ler. Eu já tenho 20 anos e não sei ler, não sei escrever. Eu vou continuar nisso?”



E, com isso, eu era dependente da minha mãe. Tudo que eu fazia tinha de ser com minha mãe por perto. Viajar, ler, procurar os meus objetivos, era tudo minha mãe, porque eu não acreditava em mim. Eu era uma pessoa que não acreditava em mim. Eu estudei e desisti, disse à minha mãe que não queria ir à escola. Só que minha mãe teve uma preocupação. Que preocupação? Ela ia envelhecer, ia ficar velha, e quem ia cuidar de mim? E aí ela procurou a minha médica, e a minha médica me encaminhou para o Pestalozzi. Só que o Pestalozzi não aceitava pessoas da minha idade — eu já tinha 20 anos — e me encaminhou para a APAE.

Quando cheguei à APAE eu tinha um preconceito sobre pessoas com deficiência, porque as pessoas ditas normais me diziam que a APAE é lugar de doido, e eu tinha esse preconceito. Mas mudou tudo. Por quê? Porque lá eu não vi nada disso. Eu entrei na APAE, passei pelo psicólogo, e consegui me matricular na APAE. E a Diretora disse: “Cosme, vou colocar você com a melhor professora”. Aí eu estranhei, não é? Com a melhor professora?

Mas chegando à APAE eu já fui procurar o doido de que as pessoas falavam. O doido... E pensei: ué, cadê o doido daqui? Aí eu comecei a estudar, na sala de aula, e a minha professora sempre dizia que nós éramos capazes, bastava acreditarmos em nós que conseguiríamos tudo de que precisamos. E ela foi elaborando esse projeto lá na APAE, ensinando, só que eu não acreditava. Ela passava sempre e falava conosco, não comigo só, mas também com meus colegas, dizia que nós somos capazes, essas coisas.

Só que chegou uma hora em que minha professora chegou para mim e disse que... porque em matemática eu sou e desde sempre fui 10, mas português, ler, escrever e me expressar, eu não sabia. E ela disse: “Cosme, você não tem um rádio? Quando falta o fio, o que é que acontece com esse rádio?” Eu disse: “Ele não funciona”. Ela disse: “É assim com você. Você tem um fio dentro da sua cabeça que nós vamos colar. Quando colarmos esse fio, você vai ser uma ótima pessoa.” Eu disse: “Está bom”. E começamos a estudar.

E aí, lá na APAE, chegou um fax, um convite para disputar o cargo de Autodefensor da APAE de Guarapari, para ser um autodefensor. Com isso meus colegas se animaram para assinar esse fax, só que eu não me animei, porque eu não acreditava em mim. E a diretora saiu com esse fax, e aí eu percebi que minha



professora estava triste, porque ela acreditou em mim, ela confiava em mim, e eu não passei essa confiança para ela. Aí eu chamei a Diretora e pedi para assinar esse fax, e assinei.

Só que, quando eu assinei esse fax, eu não assinei para disputar, não. Eu assinei esse fax para animar a minha professora, porque ela estava acreditando em mim. Mas isso foi uma coisa tremenda. Por quê? Porque aí ela começou a fazer um trabalho diferente, buscar a necessidade dentro de nós. Aí ela começou a trabalhar a ética, o respeito, o carisma, e eu fui aprendendo. Nós tivemos debates na APAE, para as eleições, eu fui, disputei com 7 alunos homens e 8 mulheres, e empatei com um cadeirante. Com isso, nós aprendemos a debater. Nós debatíamos, lá. E eu dizia o quê? O que minha professora dizia antes eu botava na cabeça, e elaborava.

Minha professora dá aulas em escola regular. E na escola regular ela tinha um aluno cadeirante. Para esse cadeirante fazer suas necessidades, fazer xixi, ela tinha que levar uma garrafa PET para ele. Ele usava, e depois ela jogava a garrafa no lixo. Aí veio à minha cabeça a ideia: escola pública adaptada para pessoa com deficiência. Em Guarapari não havia isso. E em meu discurso eu falava disso, de escola pública e de rampas de ônibus adaptadas para pessoas com deficiência, que não havia lá no Espírito Santo.

Então, foi assim. E com isso nós fazíamos o debate. E tinha um aluno que é cadeirante. Ele não acreditava. Ele dizia: "Cosme, você está sonhando muito alto". E eu dizia: "Não, minha professora é que me mandou sonhar alto". (*Risos.*) E fui para o debate. E com isso eu disputei, e fui eleito Autodefensor de Guarapari. Houve um segundo turno, com esse rapaz que disse que eu estava sonhando alto. Fomos para o segundo turno. Nós empatamos, e eu fui para o segundo turno com ele. Mas eu não acreditava ainda que isso estava acontecendo comigo porque eu era uma pessoa que, quando falava ao microfone, ficava tremendo. Eu não tinha a autonomia que eu tenho hoje.

Disputamos e eu fui eleito autodefensor de Guarapari. Só que eu não acreditava que aquilo estava acontecendo comigo. Eu fui à Diretora e disse que não queria ser autodefensor. Pedi que passasse meu título para o João, aquele que duvidou de mim. Ela disse: "Não, Cosme. Quando Deus nos manda alguma coisa nós temos que agarrar". E isso me convenceu. Convenceu, assim, entre aspas.



Aí eu fui chamado para disputar o Estadual, no Espírito Santo. Com isso eu fui me desenvolvendo, e a minha mãe não me deixou ir disputar esse Estadual: "*Não, meu filho, não vai disputar isso, não*". Por quê? Porque ela achava que aquilo ia me prejudicar. Mas não; foi uma maravilha.

A Diretora foi ao trabalho da minha mãe e minha mãe disse: "*Não, o Cosme não vai disputar lá, não*". Mas a maravilha é que a patroa da minha mãe estava no local, na hora em que a Diretora foi, e disse: "*Não, Raimunda, você vai viver com o seu filho debaixo da sua saia para o resto da sua vida? Deixa o seu filho voar!*" E eu fui disputar o Estadual.

Cheguei lá bem votado. Eu fui eleito pelo Centro e fui disputar o Estadual. Fui eleito no Estadual. As pessoas chegavam e me abraçavam e eu não acreditava no que estava acontecendo comigo. Havia um que ficou em segundo lugar e eu achava que era com ele. Na estrada, quando nós voltamos do Fórum, eu perguntei: "*Professora, quem foi eleito o autodefensor estadual?*" Eu perguntei a ela porque eu não acreditei que aquilo estava acontecendo comigo.

Recebi um fax para disputar o Nacional em João Pessoa, na Paraíba. Fui. Foi minha primeira vez num avião. Eu chorei. Por quê? Porque eu saí da Bahia. Coisas maravilhosas que eu encontrei.

Cheguei a João Pessoa, na Paraíba, e fui representar o Espírito Santo para o Brasil. E eu gostei das eleições lá porque as pessoas conversavam comigo. Aí, tudo bem.

Fui eleito autodefensor. Voltei para Guarapari satisfeito. Por quê? Porque eu estou representando o meu Estado. Eu tinha que aprender mais alguma coisa, porque se eu tivesse entrado como autodefensor nacional, eu teria ficado perdido. Então, eu comecei, fui subindo degraus e eu ficava perdido. Então, eu fiquei satisfeito. Agora eu dou palestra sobre inclusão social e acessibilidade.

Com isso, na Diretoria da APAE, eu aprendi.

Concluindo: eu participei da APAE, estou na APAE e sou uma pessoa independente agora. Eu moro só. (*Palmas.*) Obrigado. Eu moro só, viajo só, minha vida financeira sou eu que faço. Eu tenho um produto que se chama Sucoxi. Alguém sabe o que é Sucoxi? O Sucoxi é o seguinte: eu tiro a polpa do abacaxi e espremo. Sai um caldo. No caldo coloco gelo e leite condensado e começo a misturar. Parece



uma clara, mas não é clara. Transforma-se no Sucoxi. Depois que o Sucoxi está pronto eu o coloco novamente no abacaxi. O que é Sucoxi? Sucoxi é um coquetel.

Aí eu vou vender: *"Sim, eu te dou uma garantia". "Que garantia?" "Você experimenta. Se você não gostar, você não paga. Você me devolve, eu tomo tudo e você não precisa pagar nada." (Risos.) "Mas tem um porém." "Que porém?" "Se você tomar tudo, é óbvio que você vai ter que pagar." (Risos.)*

Para chegar onde eu cheguei eu passei muita dificuldade. Agora eu sou um microempresário. Eu administro meu dinheiro e, para chegar onde eu cheguei, eu me qualifiquei. *(Palmas.)* Eu tenho muitos certificados. Eu vou passar para vocês depois.

O nome da minha empresa é: Álcool, não; Sucoxi, sim. A tentação do momento. *(Risos.)* Então, eu tenho barraca na Praia do Morro, trabalho lá, já tenho freguês. E isso eu aprendi sabem como? Eu fui viajar, fui passar minhas férias em Maratáizes e lá eu vi um produto que era leite condensado com abacaxi. E tinha o caipixi, com vodca. Eu pensei: *"Vou levar isso para Guarapari, só que eu vou colocar um nome nisso"*. Aí eu coloquei: Álcool, não; Sucoxi. Aí ficou.

Eu faço parte da APAE, eu faço acompanhamento na APAE e defendo as causas das pessoas com deficiência. Existem 2.047 APAEs. E eu sou o autodefensor nacional das APAEs.

Com isso eu encerro: sou uma pessoa independente. Viajo só, faço as coisas só, moro só — moro lá na Praia do Morro. E moro num apartamento ainda, gente. *(Risos.)* Sim, eu que financiei, com meu dinheiro. E tem outra coisa: no meu estabelecimento, tenho até funcionário. Só que veio uma idéia: eu vou colocar como funcionário uma pessoa especial da minha APAE. *(Palmas.)* Da minha APAE. Vou colocar um funcionário da APAE.

Encerro. Eu tenho muita coisa para mostrar para vocês, mas o tempo não permite. Mais à frente, conversamos mais.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Vocês já bateram palmas.

Parabéns ao Cosme Silva Santos. Muito obrigado pela sua contribuição. Sua presença aqui nos ajuda e muito, também sua autoestima e sua esperança, que é o que nos leva para frente.



Eu gostaria de registrar a presença da ilustre Deputada Federal Janete Rocha Pietá, de São Paulo, que convido, inclusive, para coordenar os trabalhos. Nós queremos, ao vivo, na *TV Câmara*, mostrar os Deputados aqui presentes e também vocês.

Quero comunicar que a Comissão de Direitos Humanos, Deputado Eduardo Barbosa, convidou todo mundo. Há muitas atividades aqui, justiça seja feita, mas são importantes a solidariedade e a presença quando vemos uma lei sobre essa área ou sobre Orçamento. Temos de dedicar a atenção necessária.

Registro a presença da APAE de Unaí, Minas Gerais; da Secretaria de Ação Social e Cidadania e do Centro de Produção Pública do Trabalho de Unaí, Minas Gerais. Unaí está em peso aqui. É a Minas Gerais do Eduardo.

Passo a palavra à nossa mediadora, Dra. Erenice, e ao Fábio Matias da Silva, ex-aprendiz da APAE e hoje auxiliar da padaria do Super Maia.

Se nós soubéssemos que o Cosme ia falar do Sucoxi, teríamos pedido a ele que nos trouxesse um pouco do suco. Da mesma forma, teríamos pedido ao Fábio que nos trouxesse um pãozinho, pois assim até poderíamos demorar mais para ir para o almoço.

Desculpem-me pela brincadeira.

O SR. FÁBIO MATIAS DA SILVA - Bom dia a todos.

Meu nome é Fábio. Entrei na APAE há 2 anos e meio. Eu não sabia escrever; tinha dificuldades para andar de ônibus; e meu maior sonho era trabalhar com carteira assinada. Mas eu tinha como dificuldade o fato de ser menor.

Eu saí da APAE e fui trabalhar na feira, porque eu vi os meus colegas trabalhando fichados. Eu falei: *"Poxa, eu sou um cara derrotado"*. Eu me senti assim. A professora foi à feira e disse: *"Fábio, daqui a 6 meses você vai completar 18 anos e vai poder trabalhar com carteira assinada"*. Aí, eu voltei e com o objetivo de trabalhar com carteira assinada. Participei do EJE, aprendi a ler e escrever, sempre com o objetivo de trabalhar com carteira assinada.

Então, fui fazer uma entrevista no SUPERMAIA. Passei para essa entrevista e me disseram que começaria no dia 5. Faltava uma semana para eu completar 18 anos. Fiquei uma semana pensando se eu não passaria por causa de uma semana. Aí, tudo bem, a professora me ligou e disse que eu levasse meus documentos no



RH, no Cruzeiro. E eu os levei. Comecei, no primeiro dia, e parecia que estava no céu. Era o maior sonho que eu tinha, trabalhar de carteira assinada e ser dependente de mim mesmo. Fui trabalhando, mas lá fiquei por 1 mês. Pensei assim: *“Poxa, eu sei fazer pão de sal, o que estou fazendo aqui empacotando?”* Eu cobrava da minha gerente, do meu gerente, mas eles diziam que eu não tinha o ensino médio, e era necessário o ensino médio. Aí, esqueci-me da padaria e fui trabalhar na minha função. Tudo que acontecia, eu não podia. Fui me enfraquecendo. Aí, um menino faltou um dia e era o inventário geral, para se saber se houve lucro ou perda. Colocaram-me no lugar dele menino, já que havia apenas eu. Ganhei a premiação, em primeiro lugar. Conteí e errei menos. A gerenciadora do inventário geral gostou de mim e ligou para a gerente. Perguntou-me se queria ser inventariante. A segunda vez ganhei em segundo lugar. Foi aquela coisa, mas meu objetivo era a padaria. *(Risos.)* Meu pai era padeiro, meu tio era padeiro, então, eu tinha esse sonho desde quando pequeno, ao ir a padaria para ver o padeiro fazer pão e pensar que um dia eu aprenderia. A APAE realizou meu sonho.

Desculpe-me, pois estou nervoso.

Fiz, então, supletivo, arrisquei. Se eu quiser uma coisa, tenho que lutar para isso. De início, ninguém era contra mim, ninguém falava mal de mim, eu ficava com raiva, mas fazia meu serviço normal. Comecei a namorar, mas sempre com aquela dificuldade de separar serviço com namoro. A gente que é comerciário, às vezes, trabalha de domingo a domingo, folga no meio da semana, aí, ela está estudando ou trabalhando. Mas é assim mesmo, na vida temos que batalhar. *(Risos.)*

Eu disse para a gerente, a Clair, que não queria saber mais de nada. Ela me perguntou por que e eu disse que não ficaria ali porque estava vendo meus amigos subindo. Não via ninguém falar mal de mim. Cobrava o que tinha direito. Ela perguntou: *“E você já pediu para mim? Você já iniciou os seus estudos?”* Eu falei: *“Não.”* Aí, eu, naquele objetivo, e com o telefone do supletivo, disse: *“Não, tudo bem, desculpa.”* Fui para casa, peguei o número e liguei. Disseram que a era 600. Perguntei o valor à vista: 500. Peguei o dinheiro da minha poupança e paguei à vista. Fui na fé. Cheguei lá, me matriculei, e falei assim: *“Agora, o que vocês vão me fornecer? Eu já me matriculei.”* Ela falou assim: *“Você quer mesmo?”* Eu falei: *“Eu*



quero.” *“Então você vai ter de treinar, mas fora do seu horário para você aprender.”* Aí eu fui.

O povo pensava que eu era meio assim, sabe? *(Risos.)* A mulher me deu a primeira receita, e eu pensei: *“Eu vou conquistar essa mulher hoje.” (Risos.)* Olhei primeiro a massa — eu trabalho na APAE, e, em 2 anos, eu não mexi com nada de padaria. Eu tinha essa dificuldade. Eu peguei a receita, anotei a receita do pão de sal, fui para casa, estudei a receita, o mercado abria 6h da manhã. Essa mulher que era mestre padeira entrava às 7h. Eu cheguei às 6h e já fui direto para a padaria. Pesei a massa da receita, e quando ela chegou falou assim: *“Quem fez essa massa?”* Eu falei: *“Adivinha? Fui eu.” (Risos.) “Eu não acredito.” Eu disse: “Então a segunda massa, eu faço.”* Ela: *“Nossa, esse meu filho é estudioso mesmo, tem valor.”* Aí, beleza, foi, foi... Tinha um ajudante de padeiro à tarde que estava dando trabalho, e os padeiros eram a meu favor. *(Risos.) “O menino ali é bom e tal.”* Eu naquela coisa. A mulher me chamou e falou assim: *“Fábio, você quer ir para a padaria?”* E eu: *“O meu sonho faz parte disso também.”* E ela falou assim: *“Tudo bem.”* Depois não falou mais nada, e eu só incentivando a mulher, incentivando, incentivando, incentivando, e ela falou assim: *“Fábio, é dia 27 de fevereiro o primeiro dia seu na padaria.”* Eu falei assim: *“Graças a Deus, meu Deus, que eu vou conseguir trabalho num lugar que eu gosto, numa área em que eu mais gosto.”* Cadê que dia 27 chegava? *(Risos.)* Todo dia eu falava: *“Faltam 10 dias”* — parecia que faltava 1 ano. Levei a vida. O meu objetivo era o estudo, para não dar problema depois. Cheguei, fiz as primeiras provas, estudei em casa, estudei no colégio, chegou dia 27. Eu fui, mas tinha um problema: eu tinha faltado um dia que foi de greve, e tinha um treinamento que o SuperMaia faz, e sem esse treinamento o funcionário não pode subir de cargo. Assinei o meu comunicado de transferência de setor. Aí a mulher volta: *“Fábio você não pode, porque você faltou a um treinamento.”* Foi um choque. Eu pensei: *“Poxa, se eu voltar, os meus colegas vão me chamar de derrotado. O que eu vou fazer?”* Aí eu já pedi força à APAE para fazer alguma coisa, porque tudo, igual ao nosso amigo falou ali... A APAE é coisa de doido. Então, tudo eles falam que é coisa de doido, e nem sabem.

Aí eu falei assim: *“Você pode pelo menos segurar a vaga?”* Aí conversou com a Fabíola, tal, foi um sacrifício, e consegui. Consegui ficar 3 meses e seguraram a



minha vaga. Aí teve esse treinamento, que eu fiz. Mandaram o meu comunicado. Eu falei assim: *“E agora?” “Agora, tu é ajudante de padeiro.”* E eu já fiquei alegre. Falei assim: *“Dona gerente, eu terminei o meu ensino médio e hoje eu posso. Se um dia vocês não me quiserem, eu me garanto que tem empresa que quer. Vocês me deram uma punição, mas serviu para mim, porque se vocês não tivessem cobrado, hoje eu não saberia escrever nem ler, nada.”*

Eu agradeço muito à APAE, eu agradeço ao SuperMaia, que me deu muito apoio. E não é qualquer empresa que você está vendo um aluno daquele jeito... Eles estavam vendo, porque os clientes diziam: *“Cadê aquele magrinho para levar minhas compras ali.”* Só queriam eu. Às vezes, diziam: *“Eu espero ele voltar, eu quero é ele.”* Eu dava o melhor atendimento para o cliente.

Quando eu fui para a padaria, os clientes todos chamavam: *“Cadê o magrinho?”* Aí, todo mundo disse que eu tinha sido promovido, trabalhava à tarde. Uma cliente chamada Terezinha disse: *“Que bom, Fábio, você veio para cá. Muito bom!”* Eu disse: *“Mas eu deixei um lá que vai te dar um atendimento melhor do que eu, que é um aluno da APAE. Ele se chama Anderson.”* Então, essas clientes eu passei para ele. *(Risos.)*

Eu quero o melhor, porque, às vezes, todos estão falando da APAE, e eu sou o primeiro a defender. E tem aluno que é melhor, tem muito aluno que tem dificuldade nisso, naquilo. É porque uns sabem menos, outros sabem mais, é igual. Todos são iguais a todos.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Rocha Pietá) - Fábio, nós aplaudimos a sua frase vivida, tão importante, de que todos são iguais a todos. Você ainda tem 2 minutos. Se você quiser concluir o seu pensamento pode concluir nesses 2 minutos. O aplauso foi porque você disse uma coisa muito importante, você é uma pessoa muito importante.

O SR. FÁBIO MATIAS DA SILVA - Eu quero agradecer primeiro a Deus, porque o maior sonho que eu pedi a Deus foi um emprego. Antigamente, eu tinha vergonha de mostrar a minha camisa da APAE. Hoje, eu tenho o maior orgulho porque eu tenho de ser o que eu sou. Então, eu agradeço a Deus.



Em segundo lugar, eu agradeço à APAE/DF e, em terceiro, eu agradeço ao SuperMaia, que me deu toda a força por tudo.

Muito obrigado a vocês também. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Rocha Pietá) - Fábio, parabéns. Eu soube que a padaria do SuperMaia faz o pãozinho mais gostoso aqui do Distrito Federal. Então, é porque você tem amor.

O SR. FÁBIO MATIAS DA SILVA - Eu posso falar mais uma coisa?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Rocha Pietá) - Em alguns segundinhos.

O SR. FÁBIO MATIAS DA SILVA - Se vocês querem ver o produto podem ir lá à tarde, a partir de 2h vocês vão ver o pão de sal.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Rocha Pietá) - Está bom, eu vou passar lá para pegar um pãozinho de sal.

Damos continuidade ao nosso evento, que tem como objetivo principal contribuir para o fortalecimento do acesso das pessoas com deficiências intelectuais, aos espaços sociais como cidadãos de direitos. O que o Fábio afirmou agora é exatamente isso; também o nosso amigo que falou do Sucoxi. Fiquei com vontade de tomar o Sucoxi.

Agora, vamos ouvir Solange de Brito Vidal, aprendiz da APAE, por 15 minutos.

A SRA. SOLANGE DE BRITO VIDAL - Bom dia, meu nome é Solange, eu vim do Maranhão. Morei lá com os meus familiares, com o meu pai e minha mãe, e vim para cá por causa do meu problema físico. Minha mãe tinha de vir do Maranhão para cá para eu poder me tratar porque lá não tinha como. Eu tinha de vir, de mês em mês, para o Hospital Sarah Kubitschek colocar um aparelho de gesso. O meu problema era de coluna. Então, a minha mãe tinha de vir para cá todo mês, deixava meus irmãos em casa.

Quando foi marcada a minha cirurgia, a minha mãe conseguiu ser removida para Brasília. Ela veio para cá, foi muito difícil, teve de trabalhar: fazia bolos e salgados para fora, ela e minha tia, para vender e ajudar. Quando eu cheguei em Brasília, eu estudava. Antes de ir para a APAE, eu estudava em colégio particular. Estudei no Colégio Santa Rosa. E antes de ir para a APAE, eu trabalhei com carteira



assinada. Eu trabalhava numa creche cuidando de criança. Então, meu pai faleceu, e eu não posso mais trabalhar, porque, se eu for trabalhar, eu perco a minha pensão. Mas eu moro com minha mãe e faço tudo o que eu quero. Eu viajo, eu conheço bastantes países porque eu viajo com minha mãe, já fiz um cruzeiro de navio, e a APAE para mim é um lugar maravilhoso. Eu gosto de ir para a APAE com minhas amigas e meus amigos. Trabalho como telefonista, ajudo a coordenadora Solange, que é maravilhosa, e agora em novembro eu vou participar das Olimpíadas da APAE, com a Profa. Dione. Ela é que vai me levar pela primeira vez, e eu estou adorando. Eu faço música, já participei de um conjunto musical, da banda Zaczactá, já gravei um CD com a banda. Agora eu estou fora da banda, não estou mais tocando. Adoro música. Gosto de fazer o que eu quero. Viajo, passeio, danço, faço tudo que eu quero.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Rocha Pietá) - Solange, parabéns. Você gosta de música. Nós gostamos também.

Muito obrigada.

Você não tem mais nada para falar?

A SRA. SOLANGE DE BRITO VIDAL - Não.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Rocha Pietá) - Então, está bom.

Nós vamos agora abrir a palavra por 15 minutos.

No final, o nosso querido Cosme já disse que quer falar também. Nós vamos conceder 10 minutos para falar e nos 5 minutos finais, vocês 3 vão encerrar os trabalhos. Se a mediadora Erenice Natália Soares de Carvalho quiser comentar alguma coisa, pode falar.

Com a palavra a Sra. Erenice para mediar este debate.

A SRA. ERENICE NATALIA SOARES DE CARVALHO - Bem, a Solange deixou um espaço, e o meu trabalho de mediação foi dispensado pelos apresentadores. Isso me deixa profundamente contente. Eu anotei algumas coisas do que eles disseram que muito contribuirão para nossa reflexão: a importância de acreditar em si mesmo, que expuseram de maneira tão evidente; a importância de limites no ambiente, da cobrança e da expectativa devidas, daquilo tudo que é demandado de cada um de nós para que possamos dar passos à frente — e isso os



professores fazem de maneira efetiva; a importância da participação da família, famílias que esperaram, estimularam, lutaram e criaram condições de acessibilidade para que eles pudessem chegar onde chegaram — tudo isso chamou muito minha atenção; e o desejo que os 3 jovens mostraram aqui de ser, progredir, vencer e conquistar. Como isso foi importante para eles.

Agradeço à Deputada a oportunidade de participar desta reunião. Gostaríamos muito de contar com esse espaço para vocês dialogarem com nossos apresentadores.

Obrigada pela atenção. *(Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Janete Rocha Pietá) - Agradeço à Sra. Erenice Carvalho.

Convido o Deputado Pedro Wilson para assumir a presidência desta reunião porque tenho de comparecer à Comissão de Seguridade Social, já que sou autora de um dos projetos a serem apreciados.

Reforço apenas as palavras da Sra. Erenice e quero dizer algo importante. Um livro de arquitetura fala sobre o poder dos limites. As grandes belezas e obras-primas nascem do poder dos limites.

Ouvimos o testemunho desses jovens e, o mais importante, o profundo desejo de fazer algo. Portanto, é muito importante estimular a pessoa a ter ideais, a sonhar. Todos os 3 sonharam com algo e por isso conseguiram vencer, apesar dos limites. Os limites só nos engrandecem quando os conhecemos.

Obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Agradeço à Deputada Janete Rocha Pietá, uma lutadora em prol da mulher, dos direitos humanos e dos afrodescendentes.

É importante vocês tomarem conhecimento de cada Parlamentar. Não chegamos ao patamar de importância e atuação do Deputado Eduardo Barbosa, mas juntos vamos crescendo e fazendo mais e melhor.

Mais uma vez, quero parabenizar as APAEs de todo o Brasil, especialmente a Federação Nacional das APAEs e as APAEs do Distrito Federal e de Unaí, que trouxe todo mundo.

Uma salva de palmas para os representantes de Lagoa da Prata! *(Palmas.)*



Pergunto se alguma pessoa da plateia deseja usar a palavra. *(Pausa.)*

Estamos quase no limite do tempo. Talvez fosse melhor abrir o debate e ouvir algumas observações dos integrantes da Mesa, suspender para o almoço e voltar no horário adequado. Pode ser assim? Tem alguém contra? *(Palmas.)*

Passarei então rapidamente a palavra ao Cosme, ao Fábio, à Solange e à Erenice para terminarmos no tempo certo e, às 14h, retomarmos os trabalhos.

O SR. COSME SILVA SANTOS - Quebrei minha resistência, agora quero quebrar a dos meus colegas. O meu foco é futuramente ser um microempresário conhecido. Quero divulgar o nome Sucoxi e patenteá-lo. Só que ainda não tive essa oportunidade, não sei como fazê-lo. Este é o recado para vocês. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Mas eu já queria usar o Sucoxi lá em Goiás. Agora, terei de esperar. Andem rápido porque tem gente muito viva neste País. Vocês sabem que o Japão chegou a patentear frutos da Amazônia: o açaí e o cupuaçu. E a rapadura foi patenteada na Alemanha. *(Risos.)*

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Há uma discussão sobre isso. O pessoal de Goiás diz que a rapadura é de lá. *(Risos.)*

Com a palavra o Sr. Fábio.

O SR. FÁBIO MATIAS DA SILVA - Quero apenas dar um aviso aos alunos: nunca desistam. Eu mesmo pensava em desistir e hoje estou vendo como ralei para estar aqui hoje. Então, nunca desistam dos seus sonhos.

O meu negócio é lá no Sudoeste. Quem quiser comer o meu pão, vá até lá. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Com a palavra a Sra. Erenice.

A SRA. ERENICE NATÁLIA SOARES DE CARVALHO - Quero apenas reforçar o quanto foi falado em sonho e o quanto ele é importante para todos nós. É também importante que o outro nos ajude a sonhar e a concretizar nosso sonho.

Lembro a todos nós da importância de cada um para que as pessoas possam crescer. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Sra. Erenice, nossa mediadora.



Vocês acharam que valeu a pena o trabalho realizado na parte da manhã? Quem não quiser almoçar não é obrigado. Inclusive pode ficar aqui no auditório. (Risos.)

Com a palavra a Sra. Solange.

A SRA. SOLANGE DE BRITO VIDAL - Quero apenas agradecer a oportunidade de pela primeira vez participar de uma mesa-redonda.

Muito obrigada a todos. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Pedro Wilson) - Obrigado, Solange.

Vamos encerrar os trabalhos da manhã.

É muito importante entregarem a lista de nomes e endereços para a Comissão de Direitos Humanos ou para o Deputado Eduardo Barbosa, a fim de mantermos contato. Quem ainda não colocou o nome, por favor coloque e entregue a lista à Marisa, nossa Secretária.

Convido todos para, às 14h, participar da mesa-redonda *Deficiência Intelectual - Evolução do Conceito e Implicações Socioculturais*, que será coordenada pelo Deputado Eduardo Barbosa e contará com a presença da Sra. Albertina Martinez, Professora Doutora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília; da Sra. Maria Beatriz Martins Linhares, Professora Doutora do Departamento de Neurociências e Ciência do Comportamento da Universidade de Ribeirão Preto, em São Paulo.

Declaro encerrados os trabalhos da parte da manhã.

Às 14h, o Deputado Eduardo Barbosa coordenará a próxima mesa-redonda.

Muito obrigado.